

ATA DA 022ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h05, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pede a reabertura das negociações com os servidores da Saúde em greve.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Faz sugestões para tentar acabar com a greve na Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0033/2012, que altera a Lei Complementar n. 407, de 2008, que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Está aberto o painel.

Quem votar "sim" aprova a matéria e quem votar "não" rejeita-a.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores não está votando nos projetos de origem governamental em respeito aos trabalhadores que estão em greve.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro, deputada.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	abstenção

DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", uma abstenção e um voto "não".

Está aprovada a matéria por maioria.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, servidores da Saúde do nosso estado, os que nos acompanham pela TVAL, e pela nossa Rádio Alesc Digital.

Eu quero perguntar ao sr. governador Raimundo Colombo consegue ele conseguir governar. Como é que o sr. governador Raimundo Colombo, mais do que governar, como ele consegue dormir? Como ele pode dormir de consciência tranquila enquanto continua insensível aos servidores da Saúde? Como pode dormir, enquanto continua insensível aos

reiterados pedidos dos deputados desta Casa e da comissão de Saúde para reabrir as negociações? Como pode o sr. governador dormir insensível perante essa situação em que se encontra a saúde em Santa Catarina?

Na verdade, é apenas uma questão de vontade política para conversar. Já falamos aqui que conversar é o pressuposto mais elementar de qualquer agente público, principalmente de um governador. Na verdade, se o governador tiver vontade política para atender às reivindicações dos servidores, já terá um ponto de partida. O ponto de partida são os recursos já existentes, aqueles que já são gastos mensalmente com os próprios servidores, mas de forma indevida. É preciso haver racionalidade nos gastos com as horas/plantão e as horas/sobreaviso.

Por isso, reitero que apenas é falta de vontade política. Hoje quero ler a nota da Associação Catarinense de Medicina, que fala da mistanásia, ou seja, da morte dos miseráveis. Na verdade, essa nota é uma crítica severa à postura de descaso, de insensibilidade com a saúde do governo estadual.

Diz a nota:

(Passa a ler.)

"Ao que assistimos nos hospitais públicos de Santa Catarina é o exemplo mais concreto e duro de MISTANÁSIA - a morte miserável de pessoas pobres. O Poder Público não tem o direito de optar, nem a prerrogativa de elencar prioridades quando os direitos fundamentais da cidadania estão em pauta. É dever do Estado PARAR TUDO em prol das necessidades essenciais. DEVE suspender campanhas, realocar recursos de investimentos de outra ordem, enxugar seus recursos humanos administrativos e consequentes cabides de emprego e CUMPRIR a missão primeira de um governante democrático: atender o CIDADÃO nas suas necessidades mais essenciais: SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO.

Enquanto isso não for feito estamos diante da condição inegável da FALÊNCIA DO ESTADO, passível de intervenção por parte da sociedade civil organizada e do poder público federal. As

Entidades Médicas notificaram o Estado de Santa Catarina, na figura de sua Secretaria de Estado da Saúde, sobre a iminente inviabilidade ética de funcionamento das emergências dos hospitais públicos e conseqüente interdição das mesmas pelo Conselho Regional de Medicina de SC.

Não cabe ao cidadão discernir sobre os momentos da administração pública, atribuir responsabilidade a essa ou àquela gestão porque no prisma do povo o governo é único, com projetos e responsabilidades continuadas, que não podem ser restringidas às marcas divisórias dos quatro anos de governo, tão convenientemente usadas como DESCULPA pra não fazer ou por não ter feito. Na ótica do cidadão valem mais os projetos de Estado do que os projetos de Governo.

Na mesma medida, não cabe ao poder público se escusar atribuindo as falências aos seus predecessores, mesmo que isso seja fato. Ao pleitear a função de dirigir o Estado, a equipe que o faz assume a realidade como ela é e herda as benesses e as mazelas. Qualquer entendimento diferente é puro casuísmo e assunção de incompetência.

Sem relegar Segurança Pública e Educação, me cabe opinar sobre a Saúde. As Entidades Médicas representadas pelo Conselho Superior das Entidades Médicas - COSEMESC - têm reiteradamente denunciado as carências de recursos humanos nos hospitais da rede pública em Santa Catarina, seja por meio das cartas de 'apelo ao governador' publicadas ativamente na imprensa, seja através dos 'Boletins do COSEMESC' veiculados pelos sites das Entidades Médicas. A atual greve dos servidores é um direito constituído do trabalhador e expõe o desmantelamento das estruturas públicas da saúde. Não defendemos a desassistência e enaltecemos os que se desdobram enfrentando a precariedade e atendendo os doentes, mas penalizar primariamente o servidor público pelos prejuízos de uma greve tão indesejada é BATER NO MAIS FRACO. Nós médicos apoiamos o direito de greve dos funcionários da saúde DESDE QUE RESPEITADO O DEVER DE MANTER OS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. Clamamos

aos funcionários em greve que respeitem essa indispensável pauta pra que não percam o apoio dos profissionais médicos, da sociedade e da imprensa.

Finalizando, se MISTANÁSIA pode ser definida como a morte miserável dos excluídos e, se como cidadãos não compactuamos com o processo de 'reificação' e 'nadificação' do indivíduo, combatemos explicitamente a impunidade e concordamos que a responsabilidade do Estado (na figura de seus representantes eleitos) transcende a linha do tempo, só temos uma retórica: cobrar do poder público constituído a responsabilidade pela desassistência e pelas mortes dos nossos irmãos catarinenses abandonados na doença." [sic]

Essa é nota da Associação Catarinense de Medicina.

Para concluir, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero dizer que o governo não pode agir da forma que está agindo. Afinal de contas, quando foi eleito recebeu uma delegação do povo catarinense porque uma de suas principais propostas era a prioridade à saúde e que as pessoas estariam em primeiro lugar.

Já falei aqui e repito: a conjugação desse binômio criou uma expectativa forte. A conjugação do binômio saúde como prioridade total e as pessoas em primeiro lugar criou uma expectativa perante o povo catarinense, que elegeu Raimundo Colombo governador já no primeiro turno.

Sr. governador, faço um apelo agora, em nome desta Casa e em nome dos servidores do estado: reabra as negociações e, por favor, coloque como interlocutor do seu governo um secretário estadual da Saúde que não esteja destituído de sua função precípua de conversar, de negociar. Entendo que em vez de um interlocutor fiscal da Fazenda, que não tem nada a ver com a Saúde, indique o próprio secretário da Saúde como interlocutor...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tenho feito constante contato com o dr. Décio Vargas e também com o governador. Acabei de ligar para o dr. Décio Vargas, que me informou que está acontecendo neste momento, na sede da superintendência do ministério do Trabalho de Santa Catarina, uma reunião de negociação entre representantes do governo do estado, do ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e do sindicato. Tenho a impressão de que não há outro caminho a não ser o caminho da negociação.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por dez até minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde a todos os presentes que vieram trazer novamente sua demanda.

Estava aqui no começo da sessão ouvindo algumas intervenções e até mencionei ao deputado Padre Pedro Baldissera, meu colega de bancada, que me deu uma sensação, como diria o poeta, de que alguma coisa está fora da ordem.

Vejam que hoje se discutiu aqui, pela mão do líder de governo inclusive, um projeto de eleição direta para diretores de escola. Há quantos anos vimos dizendo que é preciso fazer eleição direta para diretor de escola? E nunca podia. Nunca era o caso, perturbava a ordem. Bom mesmo era quando o deputado podia indicar o diretor. E agora, ouvindo o líder do governo, comentei: "Nossa, como os tempos mudam!"

Vi recentemente no noticiário a decisão do governo de fazer um tipo de Bolsa Família com a marca do estado. Ora, os mesmos que criticavam o presidente Lula, dizendo que o programa era assistencialista, agora querem implementar um programa do mesmo tipo.

Vejo com mais assombro ainda o assanhamento do PSD, e eles podem ter esquecido, mas nós não esquecemos, que sempre disse que Lula, Dilma, o PT

e o comunismo era tudo o que não servia para este país, querendo vir para a base do governo federal. Que bom terem mudado de posição! Que bom que mudaram de posição, pois vemos que na prática o hábito faz o monge!

Quando o governo diz que negocia a partir da hora em que os trabalhadores e trabalhadoras voltarem as suas funções, fica claro para nós que há espaço de negociação. O governo pode negociar, não negocia porque tem a birra de não negociar para não dizer que deu o braço a torcer. Trata-se de uma posição política do governo não negociar, não se trata do esgotamento da sua fonte de rendimento.

Vejam v.exas. que Santa Catarina está em estado de vulnerabilidade da institucional. Um grupo de parlamentares - e quero destacar o deputado Serafim Venzon, da área da saúde, integrante da base do governo, ex-secretário deste governo - que fez as inspeções aos hospitais, que não estava lá como representante do governo ou da oposição, mas preocupado com a Saúde - não foi recebido pelo governador para não dar o braço a torcer, para não dizer que a Saúde está vulnerável. Mas está e não é de hoje! Quem conheceu o Hospital Infantil Joana de Gusmão nos seus tempos áureos e vê como está hoje, assusta-se. E o problema não foi causado pelos seus servidores, mas pelas autoridades do estado.

É disso que estamos falando, não é apenas da carreira dos servidores, mas da gestão do estado, que deixou áreas prioritárias como educação, segurança e saúde chegaram ao estado lastimável em que se encontram.

Vemos o empenho dos parlamentares, alguns mais e outros menos, de abrir a negociação. Se o governo diz que se voltarem ao trabalho, ele negocia, então é lógico que pode negociar. Estamos pedindo isso agora. Mas o governador não recebe sequer parlamentares, quebrando o princípio da convivência harmoniosa entre os poderes, porque não sabe o que nos dizer. O governador é coadjuvante no seu próprio governo. O governador tem medo de ir à rua onde as pessoas vão estar, é

um governador que não existe, é um governador midiático, é um governador que gasta R\$ 360 milhões em publicidade durante um ano, quase R\$ 1 milhão por dia.

É por isto que a greve de vocês não sai no noticiário, a não ser da pior forma que existe. Mas noticiam a discussão sobre a Fórmula 1, lá em Penha, com dinheiro nosso, com dinheiro público. Essa pauta sai. É isso que temos que discutir. Com que pauta o povo de Santa Catarina está preocupado? É termos a Fórmula 1 ou termos uma saúde de qualidade.

O que temos visto é um governo que precisa dar uma chacoalhada e vai precisar, inclusive, da grandiosidade dos parlamentares que integram a sua base, para dizer que está mal informado. Porque aqui, na semana passada, havia parlamentar dizendo assim, no começo da semana: "Não se preocupe, deputada, porque quarta-feira acaba a greve". Eu ouvi a mesma coisa durante a greve dos professores. A greve dos professores começou numa terça-feira. Na quarta-feira seguinte já havia gente dando garantia ao governo de que a greve acabaria.

O governador tem sido, tenho a convicção, cotidianamente informado de que a greve de vocês acabará no outro dia, que ninguém aguenta mais, que é o sindicato que está segurando, que é a oposição que está fazendo. Dizem tudo, menos a causa verdadeira de um povo que trabalha na Saúde, vive na Saúde, sabe da dificuldade que é e não aguenta mais que seja dessa forma.

Quanto à decisão política que tomamos hoje, de não fazer nenhuma votação até que o governo se disponha, acredito que terá pouca efetividade, porque vocês viram hoje aqui: as pessoas se acanham, mas votam. Na hora do discurso, de pedir voto, tudo mundo vai, é parceirão, mas na hora se acanha e vai para um cantinho onde não é visto e vota.

Assim, quero propor o seguinte, deputados Padre Pedro Baldissera, Volnei Morastoni, Dirceu Dresch e Sargento Amauri Soares, cujo partido integra a base do governo federal: como o governo

federal tem sido muito generoso com Santa Catarina, dedicando bilhões ao estado, o que é reconhecido, poderíamos tirar uma posição das nossas bancadas de pedir à presidente Dilma Rousseff que suspenda qualquer ato com o governo federal enquanto ele não tratar da Saúde, porque para nós é importante o desenvolvimento da economia e que o nosso governo tenha as condições de fazer o melhor governo possível, mas para nós é inadiável que se resolva dos servidores em greve.

Se o governo do estado, como o próprio governador tem admitido, tem vivido os momentos atuais do seu governo com base nos repasses do governo federal, é justo e é da responsabilidade dos partidos que originariamente construíram o governo federal noticiarem à presidente Dilma Rousseff o que acontece em Santa Catarina. É preciso que ela saiba que apesar de todo o afago que o PSD tem feito nacionalmente, inclusive o próprio governador, que afirmou à presidente que independentemente do seu partido estaria apoiando-a em 2014, esse partido não muda a postura, trocou de nome, quer vir para o barco, mas não trocou o modo de se relacionar com o povo, com quem luta.

Por isso, gostaria que hoje tivéssemos esse documento pronto e que amanhã exibíssemos quais os parlamentares que se dispuseram a assiná-lo, porque a par da necessidade que o governo do estado de Santa Catarina tem de ter à sua disposição toda a ajuda possível do governo federal, é preciso que conheçamos exatamente o que acontece aqui, sob pena de lá em Brasília usarem este bom momento que o Brasil vive para dizer que em 2014 vamos estar aqui com vocês e aqui no estado eles se comportarem como Arena, ou seja, sem receber trabalhador que está em greve.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 124ª sessão Ordinária de 12 de dezembro de 2012:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0069/2012, 0163/2012 e 0350/2012;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0034/2012;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0003/2012; 0260/2012 e 0280/2012.

A Presidência, antes de encerrar esta sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.